

UM OLHAR SOBRE AS CLASSES POPULARES CARIOCAS A PARTIR DO ROMANCE "O CORTIÇO"(1890), DE ALUÍSIO AZEVEDO

Caio Figueiredo Fernandes Adan - Universidade Católica de Salvador

A utilização das fontes literárias vêm se configurando como um dos novos desafios propostos pela historiografia recente. Testemunhos históricos “sofisticados”, conquanto seu manuseio careça ainda de um suporte teórico-metodológico mais consistente, suscitam abordagens diversas sobre o passado. Estudando as representações literárias do urbano, Pesavento observa a potencialidade da literatura enquanto leitura específica do urbano, *“capaz de conferir sentidos e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às suas ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e às sociabilidades que nesse espaço tem lugar”¹*.

Desejando contribuir, ainda que modestamente, para o debate atualmente travado no campo da história a respeito das interfaces desta com a literatura, este trabalho consiste num exercício de utilização da literatura como fonte histórica. A partir da leitura do romance “O Cortiço” (1890), busca-se apontar algumas questões relativas às experiências populares na Corte carioca em fins do século XIX, tecendo novas redes de relacionamento, construindo novos espaços sociais e conferindo novos sentidos às múltiplas experiências urbanas vivenciadas na cidade.

“O Cortiço” de Aluísio Azevedo (1857-1913) é uma das obras mais populares da literatura brasileira, sendo considerado o grande marco da estética naturalista no país. As análises mais amplamente conhecidas desse texto evidenciam os aspectos deterministas da obra, cujas personagens teriam suas ações na trama sempre motivadas por impulsos animais, influência do clima tórrido tropical e da degeneração produzida na população brasileira pela prática da mestiçagem. Um olhar mais profundo sobre o romance, contudo, poderá revelar aspectos renunciados pela crítica que conferem peculiaridade ao romance e possibilitam o acesso a elementos importantes da sociedade carioca do período. A partir de uma abordagem histórica, emerge o autor, sujeito histórico que se relaciona cotidianamente

com as questões de seu tempo e que, enquanto intelectual, pretende fazer de sua obra instrumento de denúncia dos problemas de sua sociedade.

Fortemente influenciado pela obra do escritor francês Émile Zola (1840-1902), teórico e principal autor naturalista, Aluísio pretendeu ser para o Rio de Janeiro da época, o mesmo que Zola fora para Paris: um narrador do cotidiano da cidade que crescia, encarregado de retratar por meio de sua pena o povo, a multidão indiferenciada que se multiplicava *tal como larvas no esterco*, vivendo à margem dos novos espaços de cidadania construídos pela burguesia ascendente onde, para existir, era preciso consumir. “Romancista dentro da vida”, como ele mesmo se intitulara, Aluísio tinha um método muito particular de trabalho: o substrato de seus romances, tirava-o de suas andanças pela cidade, observando o dia-a-dia dos populares. Relembrando o amigo, Coelho Netto comenta:

Lembro-me do tempo em que, para escrever *O homem*, andando á procura do “documento humano”, ele frequentava estalagens, ia ás pedreiras familiarizando-se com cavouqueiros, comia em casas de pasto, á mesa ruidosa dos trabalhadores, conversava-os estudando-lhes o typo, os costumes, a linguagem, surpreendendo-lhes os instintos, rindo com elles, á larga, ou retrahindo-se commovido quando os via acrabunhados.
(...) E mostrando, com desprezo, a papelada cheia de garbulhos a lapis, dizia tedioso:
- Eis o meu dia, Tenho ahi material para dous ou três capítulos².

Em “*O Cortiço*”, ao narrar a história do vendeiro português João Romão e de um cortiço de sua propriedade, acompanhando a trajetória de enriquecimento e ascensão social do português, Aluísio constrói um rico painel da sociedade carioca de fins do século XIX, criticando as camadas burguesas nacionais com pretensões aristocratizantes e o quadro de miséria social a que estava exposta a maior parte da população. Representados no romance através de dois núcleos, o da família do Miranda (comerciante português que morava num sobrado vizinho ao cortiço) e o dos habitantes do cortiço, burgueses e populares vivem no romance um estado permanente de disputa e agressão simbolizado na oposição “sobrado *versus* cortiço”³.

Os cortiços ganharão destaque na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX, refletindo o processo desordenado de crescimento urbano característico da cidade, responsável pelo surgimento de modalidades

diversas de sub-habitação destinadas a abrigar uma crescente população livre. Centro político, econômico e cultural do país, a cidade atraía para si contingentes vindos das mais variadas regiões do país, entre eles muitos trabalhadores livres e libertos em busca de oportunidades de trabalho e melhoria de vida. Eram também imigrantes, principalmente portugueses e italianos que começam a chegar ao Brasil a partir da segunda metade do século, estimulados pela crise de abastecimento de mão-de-obra experimentada pela lavoura cafeeira após a proibição do tráfico pela Lei Eusébio de Queiroz (1850). Muitos deles vinham para as fazendas de café para depois, desiludidos com a exploração a que eram submetidos na lavoura, rumarem para a Corte em busca de melhores oportunidades, firmando-se em uma gama de serviços urbanos necessários à cidade em crescimento, especialmente no pequeno comércio⁴.

Na Corte, o modelo de construção típico que abrigaria tais grupos sociais de extração popular seriam as habitações populares, os famigerados “cortiços” tão intensamente combatidos pelas primeiras administrações republicanas. Surgidos no Rio de Janeiro entre as décadas de 1850 e 1860, esses conjuntos de pequenas casinhas foram fruto da necessidade de abrigar a crescente população da corte face o aumento do fluxo de imigrantes que chegavam à cidade e o alto preço de aluguéis praticados. O narrador de “O Cortiço”, comentando o processo de ocupação do bairro de Botafogo, observa:

[...] a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia. Subiam os aluguéis, as propriedades dobravam de valor [...] as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em aluga-las [...]⁵.

Nestes cortiços, portanto, passaram a viver conjuntamente brasileiros brancos, negros e mestiços; africanos livres e imigrantes europeus, principalmente portugueses e italianos. Não devemos esquecer também do grande contingente de escravos “vivendo sobre si” na capital do Império, conforme apontado por Sidney Chalhoub⁶, os quais garantiam sua autonomia na urbes em troca do pagamento periódico a seus senhores de um valor previamente acordado. Tal é a situação de Bertoleza, a “amiga” do comerciante João Romão, que vivendo na capital do Império, “trabalhava forte” na sua quitanda para

pagar a seu senhor, um velho que morava em Juiz de Fora, a quantia de vinte mil-réis por mês, ao mesmo tempo em que amealhava recursos para a compra de sua alforria⁷.

O notável crescimento populacional verificado na cidade na segunda metade do século XIX, fez-se acompanhar de uma queda progressiva no número total de escravos urbanos, que ao fim do período caiu para menos da metade⁸. A edição em 1871 da Lei do Ventre Livre e da regulamentação da alforria mediante indenização, demonstraram a fragilidade cada vez maior do sistema escravista e permitiram a muitos escravos a compra de sua liberdade. Por outro lado, a demanda por mão-de-obra nas lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba havia estimulado os senhores da corte a venderem seus escravos, verificando-se um declínio da participação de cativos na economia urbana. Da progressiva liberação da população escrava decorria o aumento do número de negros e mestiços livres na cidade: Rita Baiana, Firmo, Porfiro, Albino, dona Marciana, Florinda, Alexandre... são trabalhadores da pedreira, lavadeiras, e até mesmo policiais, todos moradores do cortiço.

Brasileiros brancos, negros e mestiços, africanos livres e imigrantes europeus (notadamente portugueses e italianos) seriam os grupos sociais que compunham as classes populares da Corte nas últimas décadas do Império e, para além de sua semelhante condição empobrecida, suas diferentes origens, hábitos e valores, configuravam uma classe trabalhadora bastante complexa e heterogênea. Nesse sentido, as habitações populares seriam por excelência os espaços onde essas relações se dariam em toda a sua complexidade, fruto da experiência da vida em coletividade, do compartilhamento dos espaços comuns, da afirmação de identidades, da construção de laços de solidariedade.

Nosso autor, notável observador que era de sua época, não deixou passar despercebida a questão. Um dos aspectos mais ricos do romance analisado é justamente essa dimensão relacional existente entre esses diversos grupos sociais, dinâmica, perspassada por momentos de conflito decorrentes das diferenças culturais, mas também de harmonia. Destacam-se no romance a descrição dos momentos de lazer vivenciados no cortiço, sobretudo a alegria dos domingos, quando *“Havia nos operários e nos trabalhadores decidida disposição para pandegar, para aproveitar bem, até o fim, aquele dia de folga”*⁹.

Desde cedo, era uma grande algazarra: lavadeiras saíam com seus tabuleiros de roupa lavada e engomada para entregar aos fregueses, famílias saíam para passear e das casinhas do cortiço ecoavam cantos e sons de instrumentos. A descrição dos jantares na casa de Rita Baiana e da Das Dores, sempre em presença de muitos amigos, enfatizam a solidariedade existente entre aquela gente, e depois haviam os animados pagodes que se estendiam noite adentro, sempre regados à muita aguardente, vinho de palma e parati.

O narrador observa que os italianos que viviam no cortiço não partilhavam dessas festas, comemorando o domingo entre si, numa conversação “ruidosa”. No entanto, não há no texto menção a nenhum tipo de animosidade entre eles e os demais habitantes do cortiço. Tal observação aponta para as possibilidades de integração possíveis naquele espaço face às diferenças culturais, a despeito da convivência comum. Havia mesmo certa rivalidade entre portugueses e brasileiros, “galegos” e “cabras”, que volta e meia eclodia, detonando brigas em que se ouviam *“num clamor de pragas e gemidos, vivas a Portugal e vivas ao Brasil”*¹⁰. Lúcia Lippi Oliveira observa a formação no Rio de Janeiro de um sentimento antilusitano decorrente da *“forte presença de portugueses já enriquecidos na propriedade de lojas comerciais e de imóveis de aluguel”*¹¹. O português João Romão, não por acaso o dono do cortiço, era acusado por Florinda, uma das moradoras, de roubar no peso dos produtos que vendia em seu armazém.

Todavia, à menor ameaça externa, o sentido de coletividade falava mais alto eram todos “carapicus”, em oposição aos moradores do cortiço vizinho, os “cabeça-de-gato”. Entre os dois grupos, firmara-se uma rivalidade *“dia a dia agravada por pequenas brigas e rezingas, em que as lavadeiras se destacavam sempre com questões de freguesias de roupas”*¹², cuja principal função parecia ser a de permitir aos moradores do cortiço a construção, em oposição ao cortiço adversário, de uma identidade comum capaz de garantir-lhes a gestão de suas questões enquanto coletividade, prescindindo da intervenção do poder do Estado.

Este é um aspecto de destaque no romance: a relação dos habitantes do cortiço com as instituições de Estado, a exemplo da polícia, por excelência o poder destinado a controlar

as classes populares, zelando pela manutenção da ordem pública e dos bons costumes. Chalhoub observa que a ação disciplinar da polícia nas últimas décadas do século XIX esteve associada ao surgimento da ideologia das “classes perigosas”¹³. Segundo este autor, tal ideologia permeou intensamente os debates na Câmara de Deputados do Império nos meses que se seguiram à abolição da escravidão em maio de 1888, revelando o temor dos parlamentares de que a liberação dos cativos colocasse em risco a organização do trabalho no Brasil, suprimindo o vínculo que atava a massa trabalhadora à produção – a saber, a sua submissão ao seu senhor e proprietário – traçando-se uma política de combate à ociosidade supostamente cultivada pelas “classes pobres e viciosas” através da repressão à chamada vadiagem. Tal pensamento representava na realidade a adequação do aparelho estatal às necessidades das classes dominantes desejosas de perpetuar o controle sobre a classe trabalhadora uma vez que se dissolvera o vínculo pessoal que unia o senhor ao escravo.

Nessa empreitada, a constituição de um corpo policial será fundamental para a consolidação de mecanismos de dominação e repressão do contingente de escravos e homens livres pobres. Marcos Luiz Bretas, estudando a polícia carioca no Império, observa a ambigüidade experimentada por esses policiais, agentes do poder disciplinar do Estado e sujeitos oriundos das mesmas camadas populares a quem deveriam fiscalizar¹⁴. No romance, temos o exemplo do mulato Alexandre, policial e morador do São Romão, ironizado pelo autor por seu jeito grave e circunspecto quando estava fardado:

Alexandre, em casa, à hora do descanso, nos seus chinelos e na sua camisa desabotoada, era muito chão com os companheiros de estalagem, conversava, ria e brincava, mas envergando a sua chibata, com que tinha o costume de fustigar as calças de brim, ninguém mais lhe via os dentes e então a todos falava teso e por cima do ombro¹⁵.

Tal observação é curiosa e indica a condição ambígua do representante da força policial, vivendo essa duplicidade de papéis entre o mundo normativo construído pelo poder e a experiência cotidiana de morador do cortiço. Como se pode supor, tais figuras não contavam com a simpatia da população, que enxergava no corpo policial a marca repressora do Estado, sempre fiscalizando e pretendendo enquadrar as condutas da população pobre conforme valores que lhe eram externos. Essa rejeição da força policial

pela população revelava-se mesmo na composição dos quadros dessa corporação. Segundo Bretas, durante o Império, o contingente policial nunca esteve completo, parecendo haver uma “resistência surda” por parte de população em ingressar na profissão, a despeito da estabilidade oferecida e das possibilidades de ascensão na carreira (o próprio Alexandre, ao final do romance, fora promovido a sargento). A rejeição à força policial entre os segmentos populares era tamanha que, no avançar do século XIX, lançar-se-ia mão do recrutamento de estrangeiros para a corporação, chegando estes a ocuparem 20% do contingente total de policiais¹⁶.

Entre os habitantes do cortiço, havia verdadeira ojeriza à força policial, acusada de agir com violência e promover a destruição por onde passava. Era um orgulho para todos o fato de a polícia nunca ter entrado lá. Certa feita, por ocasião de uma briga no cortiço, a tentativa de ingresso da polícia promove entre os moradores do cortiço uma verdadeira operação de guerra, montando barricadas e se armando de todas as formas para evitar a entrada dos urbanos, ao som de “*Fora os morcegos!*”:

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho¹⁷.

Entretanto, ao deflagrar-se um incêndio no interior do cortiço, cada qual cuidou de salvar o que era seu e a polícia, aproveitando-se da confusão, invadiu o cortiço: “*as praças, loucas de cólera, metiam dentro as portas e iam invadindo e quebrando tudo, sequiosas de vingança*”¹⁸. Na manhã seguinte, intimado João Romão a depor na polícia, seguiu para lá acompanhado de muitos moradores, que foram protestar acerca dos estragos causados pela polícia:

– Bem feito! bradou o subdelegado. Não resistissem. Um coro de respostas assanhadas levantou-se para justificar a resistência. “Ah! Estavam mais que fartos de ver o que pintavam os morcegos, quando lhes não saía alguém pela frente! Esbodegavam até a última, só pelo gostinho de fazer mal! Pois então uma criatura, porque estava a divertir-se um bocado com os amigos, havia de ser aperreada que nem boi ladrão?... Tinha lá jeito? Os rolos era sempre a polícia quem os levantava com as suas fúrias! Não se metesse ela na vida de quem vivia sossegado no seu canto, e não seria tanto barulho!...”¹⁹.

Sobre a briga que detonara a confusão, nenhuma palavra: ali, privadamente, eles mesmos resolviam suas questões, e Aluísio Azevedo demonstra uma percepção aguda desse sentimento de autonomia e liberdade experimentado no cortiço. Chega mesmo a chamá-lo de “República do Cortiço”, enfatizando sua força enquanto coletividade e mostrando que as instituições estatais do Império passavam ao largo dali.

Estudando as estratégias adotadas pelos escravos da Corte na luta por sua liberdade, Chalhoub observa a formação, entre as décadas de 1830 e 1870 de uma “cidade negra” oculta sob as redes de dominação expressas pelo domínio senhorial e pelo poder estatal. A constatação desse autor nos permite pensar a multiplicidade de experiências urbanas e de “cidades” construídas na capital do Império durante o período, revelando a distância abissal que separava a cidade desejada pelas classes dominantes, a “cidade-norma”, daquela vivenciada cotidianamente pelas classes populares, a “cidade-esconderijo”.

NOTAS:

¹ PESAVENTO, Sandra Jatayh. **O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002, p. 10.

² **REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, n. 46, v. 19, ano XVI, out. 1925, p. 118.

³ MOURÃO, Rui. **Um mundo de galegos e cabras**. In: AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Pref. 21 ed. São Paulo: Ática, 1990 (Texto Integral cotejado com a edição original, Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1890), p. 5.

⁴ A exploração de armazéns e tavernas, por exemplo, consistia numa atividade praticamente monopolizada pelos portugueses, e isso fica evidente mesmo no romance. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 29.

⁵ AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 20.

⁶ CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 212.

⁷ AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 13.

⁸ Conforme dados citados por Chalhoub, em 1849 haviam 110.302 cativos na corte, representando 41,5 % da população; em 1872, tal contingente cai para 48.939 cativos, representando 17,8 % do total da população. CHALHOUB, 1990, p. 199.

⁹ AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 51.

¹⁰ *Ibidem*, p. 126.

¹¹ OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 28.

¹² AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 103.

¹³ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 20-21.

¹⁴ BRETAS, Marcos Luiz. **A Polícia carioca no Império**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: n. 22, vol. 12, 1998, p. 219-234.

¹⁵ AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 30.

¹⁶ BRETAS, *Op. cit.*, p. 266.

¹⁷ AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 88.

¹⁸ *Ibidem*, p. 89.

¹⁹ *Ibidem*, p. 90.